



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 52 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

----- Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, na vila de Carregal do Sal, no Salão Nobre da Câmara Municipal, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros:-----

| Município | Eleitores | Cargo | Nome |
|--------------------|-----------|-----------------|------------------------------------|
| Aguiar da Beira | 6.597 | Presidente | Joaquim António Marques Bonifácio |
| Carregal do Sal | 10.099 | Presidente | Rogério Mota Abrantes |
| Castro Daire | 16.514 | Presidente | José Fernando Carneiro Pereira |
| Mangualde | 20.330 | Presidente | João Nuno Gonçalves Azevedo |
| Nelas | 13.861 | Presidente | José Manuel Borges da Silva |
| Oliveira de Frades | 9.415 | Presidente | Luís Manuel Martins de Vasconcelos |
| Penalva do Castelo | 8.819 | Presidente | Francisco Lopes de Carvalho |
| Santa Comba Dão | 11.563 | Vice-Presidente | Carla Isabel Silva Cunha |
| São Pedro do Sul | 17.274 | Vice-Presidente | Pedro Miguel Mouro Lourenço |
| Sátão | 13.992 | Presidente | Alexandre Manuel Mendonça Vaz |
| Tondela | 29.213 | Presidente | José António Gomes de Jesus |
| Vila Nova de Paiva | 6.892 | Presidente | José Morgado Ribeiro |
| Viseu | 95.853 | Vice-Presidente | Joaquim Ferreira Seixas |
| Vouzela | 10.171 | Presidente | Rui Miguel Ladeira Pereira |

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

----- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 05/04/2016;-----

----- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 20/04/2016;-----

----- 3 - Análise, discussão e votação da proposta de renovação de contrato de "Aquisição de serviços para apoio no encerramento de projetos no âmbito do QREN e na submissão das candidaturas ao Portugal 2020", de acordo com a Informação de Serviço nº 153/2016, de 3 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento concursal para a "Aquisição de Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10000 e 1:2000 para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões", de acordo com a Informação de Serviço nº 157/2016, de 4 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços de fiscalização do procedimento de execução da Cartografia

Numérica Vetorial à Escala 1:10000 e 1:2000 para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço nº 158/2016, de 5 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 6 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a criação de um Centro de Competências de Gestão de Vias”, de acordo com a Informação de Serviço nº 159/2016, de 5 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 7 - Análise, discussão e votação da análise aos erros e omissões apresentados no âmbito do procedimento concursal, para a celebração de “Acordo Quadro para a aquisição de serviços de análise físico-químicas, bacteriológicas e outras relativas à qualidade das águas de abastecimento e consumo humano, piscinas, termal, residuais e outras”, de acordo com a Informação de Serviço nº 160/2016, de 5 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

— Período de Antes da Ordem do Dia.-----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal continuou a sua intervenção agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Senhor Rogério Abrantes, a disponibilização do Salão Nobre da Câmara Municipal para a realização do Conselho Intermunicipal.-----

---- O Dr. José Morgado Ribeiro continuou a sua intervenção, informando, os presentes, que a final intermunicipal do Concurso de Ideias de Negócio, a realizar no âmbito do projeto Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões, se iria realizar no próximo dia 25 de maio, na Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu, pelo que contava com a presença de todos, inclusivamente para o jantar que normalmente antecede a final.-----

— Informou, ainda, o Dr. José Morgado Ribeiro, que no próximo dia dezassete de maio se iria realizar uma reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal, com o intuito de se obter uma deliberação relativa à forma de aplicação do artigo 9º da Lei nº 36/2014, de 30 de

julho, por força da deliberação de aceitação da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu. -----

--- Continuou a sua intervenção, informando, os presentes que a CCDR estava a questionar a CIM sobre os investimentos que os Senhores Presidentes tinham dito que tinham urgência em realizar e cujos avisos já estavam abertos, mas que estes se encontravam sem candidaturas dos municípios, como era o caso da educação, da saúde e da cultura, tendo o Senhor Presidente afirmado que tinha informado a CCDR do Centro que a dificuldade se prendia com a articulação dos investimentos com os ministérios respetivos.-----

--- Concluiu a sua intervenção, propondo, que se convidassem os responsáveis regionais nas áreas da saúde, educação e cultura, para uma reunião na CIM, de forma a ultrapassarem-se os constrangimentos que existiam para o lançamento dos investimentos previstos nestas áreas.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Sátão, Dr. Alexandre Vaz, o qual informou o Conselho Intermunicipal que na área da saúde o seu município iria assumir os quinze por cento de comparticipação, de forma a desbloquear o problema, pois já tinha o projeto pronto e estava em condições de lançar o concurso. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Senhor Rogério Abrantes, que afirmou ter um problema idêntico ao do Senhor Presidente do Sátão, com a Casa do Passal, dado a Direção Regional de Cultura do Centro não decidir se efetuaria, ou não, as obras, pelo que a Câmara de Carregal do Sal iria assumir, também, os quinze por cento da contrapartida nacional.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Senhor Fernando Carneiro, que questionou o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e o Senhor Secretário Executivo sobre se a nossa CIM era a única que não apresentava candidaturas.--

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que informou os presentes que a questão colocada pela CCDR se prendia só com a estranheza da situação e que apenas pretendiam saber se existia algum problema. -----

---- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que afirmou concordar com a proposta feita pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, sendo que, na sua opinião era importante ressaltar o seguinte: -----

- 1 – Era necessário celebrar um protocolo com o Governo para a área da educação;-----
- 2 – Na área da cultura era importante perceber o que é que este Governo pensa fazer;-

— 3 – Temos que nos preparar na área social para um eventual mapeamento dos investimentos;

— Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, sobre o assunto em apreço, foi a proposta apresentada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, aprovada por unanimidade.

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, Dr. Borges da Silva, que informou o Conselho Intermunicipal que enquanto representante da CIM Viseu Dão Lafões no Conselho Consultivo da Comarca de Viseu, deu a conhecer ao Conselho Intermunicipal, de forma sucinta o que tem sido discutido em sede do referido Conselho Consultivo, tendo afirmado que iria preparar um relatório da sua presentia no supramencionado órgão, que faria chegar ao Senhor Secretário Executivo para que este o remetesse a todos os presentes.

— Continuou a sua intervenção, informando, que, no âmbito da reunião com a Senhora Secretária de Estado da Justiça, realizada no passado mês de abril, tinha sido opinião generalizada dos agentes da justiça presentes, que a mesma decorria com normalidade na Comarca de Viseu.

— Concluiu a sua intervenção, informando, os presentes, que a Senhora Secretária de Estado também tinha informado os presentes que os julgamentos na área penal iriam ser realizados nos Concelhos onde os crimes tinham sido perpetrados e que os tribunais voltariam a ser designados de tribunal e não de secção.

— Foi dada a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, informando, que iria ter que ser reagendada a sessão de apresentação do álbum gráfico em face das dificuldades de agenda da Senhora Presidente da CCDR do Centro, pelo que em devido tempo iria informar o Conselho Intermunicipal da referida data.

— Continuou a sua intervenção, informando, o Conselho Intermunicipal que, pela primeira vez a CIM Viseu Dão Lafões tinha participado, com um stand, na FIT – Feira Ibérica de Turismo, que se tinha realizado na Guarda entre os dias 5 e 8 de maio, sendo que a avaliação dessa participação era extremamente positiva, não só na sua opinião mas também na dos muitos visitantes que estiveram presentes na feira.

— Relativamente ao Provere das Termas, o Senhor Secretário Executivo informou o Conselho Intermunicipal que a CIM Viseu Dão Lafões não fazia parte do consórcio em virtude de o contrato apresentado conter uma cláusula que poderia implicar a comparticipação financeira da CIM, para a contrapartida nacional do projeto,

independentemente de ter qualquer projeto financiado, ou não, razão pela qual não se participava no referido consórcio, sendo que esta tinha sido uma decisão tomada conjuntamente com o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, uma vez que ele próprio tinha acompanhado de perto todo o processo, como também tinha sido dado conta, em devido tempo, ao Conselho Intermunicipal. -----

---- Informou, também, o Dr. Nuno Martinho que já tinham sido publicados avisos de abertura de concurso no início da corrente semana, e que no mês de junho iriam sair avisos nas áreas da modernização administrativa, programação cultural em rede, sinalização turística, entre outros, pelo que iriam ser promovidas, pelas CIM, um conjunto de reuniões com os municípios para a estabilização das referidas candidaturas. -----

---- Continuou o Senhor Secretário Executivo, informando, que no âmbito da Prioridade de Investimento 10.1 se tinha realizado, na passada semana, uma reunião, no âmbito da Rede de Educação, com todos os agrupamentos escolares da região para operacionalizar os projetos que estavam no Pacto e que totalizam nove milhões de euros. -----

---- Realçou, também, o Senhor Secretário Executivo, que a DGEstE tem participado nestas reuniões da rede, sendo um parceiro chave desta temática. -----

---- Ainda neste âmbito, o Dr. Nuno Martinho, informou o Conselho Intermunicipal que na reunião tida com o Senhor Secretário de Estado da Educação tinha sido afirmado por este que a vontade política do Governo era que estes investimentos refletissem as vontades das escolas, razão pela qual estavam a ser formados professores para diagnosticarem as áreas de intervenção, sendo que a CIM teria que trabalhar com estes professores de forma a que os municípios possam enquadrar os seus projetos de intervenção. -----

---- Concluiu este tema, o Senhor Secretário Executivo, informando, que para o efeito tinha sido criada uma Unidade de Missão e que os Avisos de Abertura de Concurso iriam ter uma nota onde iria ser indicada a obrigatoriedade da candidatura ter que dar cumprimento ao diagnóstico feito por estes professores, em cada uma destas escolas. -----

---- O Dr. Nuno Martinho continuou a sua intervenção, informando, que tinha sido aprovada a candidatura apresentada ao SIAC, "Empreender + Viseu Dão Lafões" e que esta orçava em mais de meio milhão de euros. -----

---- Informou, também, que no âmbito da candidatura, em regime de overbooking, dos rádios SIRESP, tinha tido a informação por parte do Conselho Diretivo do POSEUR / POVT que a nossa candidatura era uma das candidaturas sinalizadas para pagamento. -----

— Relativamente à estratégia de eficiência coletiva entre a CCDDR do Centro e todas as CVR's do Centro, o Senhor Secretário Executivo já tinha dado nota à Comissão Diretiva do Centro 2020 que era imperioso o envolvimento das CIM's na definição das estratégias desta candidatura, já que era fundamental articular a mesma com os demais recursos territoriais.

— No que concerne ao Regime Jurídico dos Transportes Públicos o Senhor Secretário Executivo informou o Conselho Intermunicipal que se tinha realizado na CIM uma reunião relativa a esta problemática com os municípios.-----

— Continuou a sua intervenção, informando, que dado a CIM e os municípios serem, por força da Lei, Autoridades de Transporte era necessário preparar e articular a sua intervenção neste processo, pelo que tinha ficado acertado entre todos que os municípios iriam validar, ou não, as informações carregadas no sistema pelos operadores até ao próximo dia 30 de maio.-----

— Ainda relativamente a este assunto, o Dr. Nuno Martinho, informou os presentes que este era um processo difícil e complexo, que iria necessitar de toda a disponibilidade, por parte de todos os intervenientes, pois as dificuldades não estavam apenas a ser sentidas por nós, era um problema generalizado.-----

---- Continuou a sua intervenção, alertando, os Senhores Presidentes para a necessidade de os municípios terem que estar muito atentos áquilo que validavam e que deixavam por validar, pois no País inteiro estava-se a detetar que havia carreiras que não estavam a ser carregadas por interesse dos operadores, outras não apareciam por problemas técnicos da aplicação, outras estavam a ser feitas de forma diferente da prevista no alvará, pelo que toda a atenção era pouca, sendo que quer a empresa de SIG que apoia a CIM quer a equipa formada na CIM estavam ao dispor para ajudar os municípios naquilo que estes entendessem.-----

---- Concluiu este ponto propondo que se realizasse uma reunião do Conselho Intermunicipal extraordinária, para análise desta problemática, onde deveria estar presente o IMT e a empresa VTM, que se encontra a elaborar o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da CIM Viseu Dão Lafões, de forma a trazer todo o seu know how e aconselhar da melhor forma toda esta problemática, a qual mereceu aprovação unanime dos presentes.-----

— Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

— Período da Ordem do Dia. -----

— Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 05/04/2016 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 05/04/2016. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata. -----

— Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 20/04/2016 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 20/04/2016. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata. -----

— Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de renovação de contrato de “Aquisição de serviços para apoio no encerramento de projetos no âmbito do QREN e na submissão das candidaturas ao Portugal 2020”, de acordo com a Informação de Serviço nº 153/2016, de 3 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de renovação de contrato de “Aquisição de serviços para apoio no encerramento de projetos no âmbito do QREN e na submissão das candidaturas ao Portugal 2020”. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10000 e 1:2000 para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço nº 157/2016, de 4 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do

Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

---- Informou, ainda, que logo que ficassem estabilizados os valores de contratação de cada um dos procedimentos associados ao projeto de serviços partilhados seria presente ao Conselho Intermunicipal uma Adenda ao Protocolo de Cooperação já estabelecido, onde seria definido a respetiva taxa de imputação da despesa por município.-----

--- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento concursal para a "Aquisição de Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10000 e 1:2000 para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões". -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços de fiscalização do procedimento de execução da Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10000 e 1:2000 para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões", de acordo com a Informação de Serviço nº 158/2016, de 5 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços de fiscalização do procedimento de execução da Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10000 e 1:2000 para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões". -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Quanto ao **ponto sexto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para a criação de um Centro de Competências de Gestão de Vias", de acordo com a Informação de Serviço nº 159/2016, de 5 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o

Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que manifestou a sua satisfação por a CIM pretender abraçar um projeto desta natureza, sendo que, na sua opinião, o mesmo iria ser benéfico não só para a CIM mas também para os municípios.-----

--- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para a criação de um Centro de Competências de Gestão de Vias".

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Quanto ao **ponto sétimo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da análise aos erros e omissões apresentados no âmbito do procedimento concursal, para a celebração de "Acordo Quadro para a aquisição de serviços de análise físico-químicas, bacteriológicas e outras relativas à qualidade das águas de abastecimento e consumo humano, piscinas, termal, residuais e outras", de acordo com a Informação de Serviço nº 160/2016, de 5 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

--- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta apresentada pelo Júri relativa à análise aos erros e omissões apresentados no âmbito do procedimento concursal, para a celebração de "Acordo Quadro para a aquisição de serviços de análise físico-químicas, bacteriológicas e outras relativas à qualidade das águas de abastecimento e consumo humano, piscinas, termal, residuais e outras". -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. ---

Júri
Jose Carlos Oliveira Almeida